

**Empresas sociais e ambientais  
na economia verde: apoio  
ao desenvolvimento  
sustentável e à erradicação  
da pobreza no terreno**

**Análise de um estudo de 3  
anos para decisores políticos**



**SEED Initiative**

promoting entrepreneurship for sustainable development

Founding Partners



**iisd** International  
Institute for  
Sustainable  
Development

Institut  
international du  
développement  
durable

A Iniciativa SEED é uma parceria global para o desenvolvimento de ações no domínio do desenvolvimento sustentável e da economia verde. Fundada pelo PNUMA, PNUD e pela UICN na Cimeira Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002 em Joanesburgo, a SEED apoia as iniciativas empreendedoras de pequena escala e geridas localmente de todo o mundo, que integram benefícios sociais e ambientais no seu modelo de negócio. A SEED é organizada pela Adelphi Research, com sede em Berlim, Alemanha. Entre os seus atuais parceiros figuram o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a UICN (União Internacional para a Conservação da Natureza), a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres (ONU Mulheres) e a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (ONUDI); a União Europeia; os governos da Alemanha, da Flandres, da Índia, dos Países Baixos, da África do Sul, da Espanha, do Reino Unido e dos Estados Unidos da América; a Conservation International; a Hogan Lovells e a Hisense.

O Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD) contribui para o desenvolvimento sustentável avançando recomendações políticas sobre comércio e investimento internacionais, política económica, alterações climáticas, medição, avaliação e gestão dos recursos naturais e também sobre o papel dinamizador das tecnologias de comunicação nestas áreas. Através da Internet, informamos sobre as negociações internacionais e partilhamos o conhecimento obtido através de projetos realizados em colaboração com parceiros globais, o que contribui para uma investigação mais rigorosa, para o desenvolvimento de competências nos países em desenvolvimento e para um reforço do diálogo entre o Norte e o Sul. A visão do IISD é a de uma vida melhor para todos — de modo sustentável; a sua missão é promover a inovação, de modo a permitir às sociedades uma forma de vida sustentável. O IISD está registado como uma organização de beneficência no Canadá e tem o estatuto 501(c)(3) nos Estados Unidos. O IISD recebe apoio operacional fundamental do Governo do Canadá, prestado pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA) e pelo Centro de Investigação para o Desenvolvimento Internacional (IDRC), assim como da província de Manitoba. O instituto recebe financiamento para os seus projetos de numerosos governos dentro e fora do Canadá, de agências das Nações Unidas, de fundações e do setor privado.

International Institute for Sustainable Development  
161 Portage Avenue East, 6th Floor  
Winnipeg, Manitoba Canada R3B0Y4  
Tel: +1 (204) 958-7700  
Fax: +1 (204) 958-7710  
E-mail: [info@iisd.ca](mailto:info@iisd.ca)  
Website: <http://www.iisd.org/>

A Iniciativa SEED, E-mail: [info@seedinit.org](mailto:info@seedinit.org), Web: [www.seedinit.org](http://www.seedinit.org)

Este relatório pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, e sob qualquer forma para motivos educacionais ou não-lucrativos, sem permissão especial do detentor dos direitos de autor, sempre que a fonte for citada. O PNUMA gostaria de receber uma cópia de qualquer publicação que utilize esta publicação como fonte.

Exclusão de responsabilidade:

Os pontos de vista expressos nesta publicação são os dos autores e não refletem necessariamente os pontos de vista do Centro Mundial de Vigilância da Conservação.

#### SEED Partners



#### SEED Corporate Partner

#### SEED Founding Partners

#### SEED Hosting Partner



# Índice de conteúdos

<b>1. Introdução</b>	<b>5</b>
<b>2. Perspetivas atuais relativas a pequenas, micro e médias empresas (MPMEs) e à Economia Verde</b>	<b>6</b>
2.1 MPMEs e empreendedorismo social e ambiental	6
2.2 Estratégias para a Economia Verde	7
2.3 O nexo entre empreendedorismo a nível local e a Economia Verde em países em desenvolvimento e de rendimento médio	8
<b>3. Investigação e consultas da SEED sobre os contributos sociais, ambientais e económicos das MPMEs</b>	<b>11</b>
<b>4. Catorze conclusões principais</b>	<b>12</b>
<b>5. Relevância das conclusões para os decisores políticos</b>	<b>19</b>
5.1 Decisores políticos a nível nacional	19
5.2 Agências internacionais, incluindo instituições financeiras e de desenvolvimento	21
<b>6. Observações finais</b>	<b>24</b>

## Acrónimos

OBC	Organização de base comunitária
EGS	Ecological Goods and Services (bens e serviços ambientais)
UE	União Europeia
GEF	Global Environment Facility (Fundo para o Ambiente Mundial)
SIG	Sistema de informação geográfica
GRI	Global Reporting Initiative (Iniciativa Global sobre a Elaboração de Relatórios)
VIH/SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome de Imunodeficiência Adquirida)
TIC	Tecnologias da informação e comunicação
IISD	International Institute for Sustainable Development (Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável)
PI	Propriedade intelectual
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza (International Union for Conservation of Nature)
ALC	América Latina e Caraíbas
MPE	Micro e pequena empresa
ONG	Organização não-governamental
SMART	Specific, Measurable, Attainable and Realistic within a clear Timeframe (específico, mensurável, alcançável e pertinente dentro de um prazo definido)
MPME	Pequena, micro e média empresa
TBL	Triple bottom line (tripé da sustentabilidade)
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (United Nations Development Programme)
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Ambiente (United Nations Environment Programme)
WCMC	World Conservation Monitoring Centre (Centro Mundial de Vigilância da Conservação)

# 1. Introdução

A Iniciativa SEED é uma parceria do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUMA), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e da União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), organizada pela Adelphi Research, com sede em Berlim, Alemanha. A SEED identifica e apoia as empresas promissoras geridas localmente que trabalham nos países em desenvolvimento com vista a melhorar as condições de vida e a gerir os recursos naturais de um modo sustentável.

A seguinte Análise para decisores políticos fornece novas perspetivas sobre o papel das micro e pequenas empresas sociais e ambientais como os principais intervenientes na construção de economias verdes. Tem por objetivo:

- Apresentar a prova dos contributos destas empresas e das condições dinamizadoras para se alcançar o sucesso, com base em três anos de inquérito da SEED, em estudos de caso e investigações no terreno que abrangeram mais de 1300 empresas nos países em desenvolvimento;
- Incorporar os pontos de vista dos especialistas e decisores nacionais e internacionais com os pontos de vista dos empresários no que respeita ao impulsionamento das alterações económicas, sociais e ambientais, com base nos Simpósios internacionais da SEED sobre Empreendedorismo e Economia Verde realizados em 2011 e 2012;
- Inferir os principais fatores relevantes para os decisores políticos nacionais e internacionais para que intensifiquem os esforços no sentido de reforçar e apoiar as micro e pequenas empresas sociais e ambientais.

Atualmente já existe uma consciência generalizada sobre o potencial inerente a estes empresários sociais e ambientais, bem como sobre os obstáculos que estes enfrentam, pelo que alguns países já começaram a reagir através de políticas e ações de apoio. Mas ainda é necessário trabalhar mais para que estas empresas consigam realizar uma alteração real e a longo prazo no terreno.

## 2. Perspetivas atuais relativas a pequenas, micro e médias empresas (MPMEs) e à Economia Verde

### 2.1 MPMEs e empreendedorismo social e ambiental

A um nível global, o setor das micro, pequenas e médias empresas (MPME) gera bastante emprego e atividade económica. Estas empresas dinâmicas contribuem de várias formas para o desenvolvimento económico: convertendo ideias inovadoras em oportunidades económicas, revitalizando as redes sociais e produtivas e aumentando a produtividade. A investigação revelou que os países em que se verificou uma elevada taxa de criação de tais empresas beneficiam de um elevado crescimento económico.<sup>1</sup>

Tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, as MPMEs, e em particular as pequenas e microempresas, representam a grande maioria das empresas. Por exemplo, aproximadamente 97% das empresas no México e na Tailândia fazem parte da categoria das pequenas e microempresas e mais de 96% das empresas nos EUA têm menos de 50 funcionários.<sup>2</sup> Como os países em desenvolvimento geralmente estão mais focados numa produção em pequena escala, a percentagem relativamente ao emprego total tende a ser maior nas pequenas e microempresas. Estudos efetuados em cinco países africanos revelaram que estas pequenas empresas geram quase o dobro do nível de emprego comparativamente ao das grandes empresas registadas e do setor público.<sup>3</sup>

A comunidade para o desenvolvimento reconheceu que podem existir oportunidades para potencializar o engenho e a energia dos empresários para reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento. Em «Making Poor Nations Rich: Entrepreneurship and the Process of Economic Development,» académicos eminentes afirmaram que o empreendedorismo poderá conter a resposta para a erradicação da pobreza.<sup>4</sup> Num capítulo dedicado à teoria do empreendedorismo, o seu autor conclui que «integrar o empreendedorismo num enquadramento de crescimento económico enriquece a teoria do crescimento, demonstrando a natureza dos retornos crescentes em relação à escala, das externalidades do conhecimento e do papel do capital humano. Estes processos surgem como uma caixa preta na teoria dominante sobre o crescimento, mas quando eles são apresentados como uma parte do processo empreendedor, torna-se óbvio que o motor do crescimento económico é o empreendedorismo e não os avanços tecnológicos ou o investimento no capital humano per se (p. 73).»

Por exemplo, a Organização Internacional do Trabalho (ILO) acredita que o desenvolvimento de pequenas empresas contribui para a redução da pobreza ao criar postos de trabalho, quer seja com o início de atividade de novas empresas quer seja com a expansão de empresas já existentes; a criação de emprego gera rendimento para os pobres; a pobreza é reduzida quando as condições de trabalho e de representação são melhoradas.<sup>5</sup> Considerando a frequente escassez de emprego, aqueles que abrem pequenas empresas criam trabalho e geram rendimento para eles mesmos e para quem contratam. Ao operar em ambientes competitivos, as pequenas empresas têm de produzir bens e serviços a baixo custo, ajudando assim a manter o custo de vida baixo. Outros benefícios conhecidos do empreendedorismo poderão incluir a reafetação de recursos no sentido de transformar uma baixa produtividade numa maior produtividade, a assunção de riscos, a disponibilização de uma diversidade de bens e serviços, bem como um ambiente para a aprendizagem, experimentação, inovação e competição.<sup>6</sup> Os empresários também são vistos como «filtros do conhecimento» que comercializam inovações, fornecendo uma via para a difusão do conhecimento que, de outra forma, permaneceria não comercializável.<sup>7</sup>

1 OECD (Organisation for Economic Cooperation and Development). 2001. *Entrepreneurship, Growth and Policy*. Paris: OECD.

2 Kantis, H., Angelli, P., & Koenig, V. M. (2004). *Desarrollo emprendedor— América Latina y la experiencia internacional*. Washington, DC: Inter-American Development Bank. Simmons, E. (2004). *The role of microenterprise assistance in US development policy*. *Economic Perspectives*, 9(1). United States Small Business Administration (2006). *Statistics of US businesses and nonemployer statistics*. Washington, DC: United States Small Business Administration.

3 Mead, D. C. & Liedholm, C. (1998). *The dynamics of micro and small enterprises in developing countries*. *World Development*, 26(1), 61-74.

4 Powell, B. (2008). *Making Poor Nations Rich: Entrepreneurship and the Process of Economic Development*. Oakland: The Independent Institute.

5 Vandenberg, P. (2006) *Poverty reduction through small enterprises: Emerging consensus, unresolved issues and ILO activities*. International Labour Organisation (ILO). SEED Working Paper No. 75

6 Estrin, S., Meyer, K. E., and Bytchkova, M. (2006). "Entrepreneurship in Transition Economies", in M. Casson, B. Yeung, A. Basu, and N. Wadeson (eds). *The Oxford Handbook of Entrepreneurship*. Oxford: Oxford University Press.

Sternberg, R., and Wennekers, S (2005). "Determinants and Effects of New Business Creation Using Global Entrepreneurship Monitor Data". *Small Business Economics* 24 (3): 193-203.

7 Audretsch, D. B., Keilbach, M. C, and Lehmann, E. E. (2006). *Entrepreneurship and Economic Growth*. New York: Oxford University Press.

Contudo, continuam a existir muitas barreiras à libertação do poder do empreendedorismo, particularmente nos países em desenvolvimento. Acima de tudo, e de uma forma geral, as MPMEs têm de suportar o alto custo de capital e uma falta de formação e de competências adequadas para poderem crescer ou competir.<sup>8</sup> Além disso, nos mercados em desenvolvimento, a evidência sugere que não é o empreendedorismo que impulsiona o crescimento, mas sim políticas cuidadosamente elaboradas por governos que procuram atrair o capital privado. É importante distinguir entre o «empreendedorismo de necessidade», que é tornar-se um empresário (trabalhador independente) por não ter uma opção melhor, e o «empreendedorismo de oportunidade», que consiste numa escolha ativa para criar uma nova empresa baseada na perceção de que existe uma oportunidade subexplorada. A investigação concluiu que o empreendedorismo de necessidade não tem qualquer efeito no crescimento económico, enquanto que o empreendedorismo de oportunidade tem um efeito positivo significativo.<sup>9</sup> Por conseguinte, apoiar o «empreendedorismo de oportunidade» pode fomentar o crescimento económico. Para além do mais, o empreendedorismo capacita. Por exemplo, tem-se demonstrado que o encorajamento do empreendedorismo nas mulheres permite reduzir as disparidades entre géneros na educação e nos investimentos no capital humano, podendo encorajar a taxa de escolarização no ensino secundário e trazer mais mulheres para posições de chefia na sociedade.<sup>10</sup>

A noção de capacitação é importante. O Banco Mundial tem defendido no passado de que os serviços para satisfazer as necessidades básicas humanas, particularmente os que contribuem para a saúde e educação, estão a faltar às pessoas pobres no que se refere à acessibilidade, qualidade e sustentabilidade.<sup>11</sup> A nível local, os empresários inspirados demonstraram que conseguem conjugar a sua energia, desejo e engenho para criar soluções locais que respondem às necessidades locais de uma forma mais efetiva e eficiente do que as instituições centralizadas. Devido à escala e complexidade dos desafios que o desenvolvimento sustentável implica, é importante que o empreendedorismo seja aproveitado e promovido através destes resultados produtivos. O empreendedorismo social cria novos modelos para a oferta de produtos e serviços que satisfaçam diretamente as necessidades básicas humanas, as quais permanecem por satisfazer com as instituições económicas ou sociais atuais.

Tal como o empreendedorismo comercial, o empreendedorismo social explora oportunidades que estão em falta ou subexploradas por outros. O empreendedorismo comercial tradicional vê a criação da riqueza social como um subproduto do valor económico criado pelos empresários. Em contrapartida, a criação do valor social é o objetivo primordial das empresas sociais e o valor económico é um subproduto que permite que a organização seja sustentável e autossuficiente.<sup>12</sup> Geralmente é difícil que uma empresa social tenha capacidade para criar valor económico, em termos de lucros para o negócio, porque frequentemente os clientes locais estão dispostos a pagar pelo serviço ou produto que é fornecido mas não têm capacidade para o fazer. Estas empresas têm de criar novos modelos de negócio e estratégias que coordenem os recursos muito limitados e díspares no sentido de criar valor social. Considera-se que os empresários sociais são o resultado de traços pessoais que são partilhados com apenas uma pequena percentagem da população, marcados pela determinação de mudar a sociedade para melhor.<sup>13</sup> Eles têm assim de possuir uma aptidão especial para mobilizar recursos humanos, financeiros e políticos.<sup>14</sup>

## 2.2 Estratégias para a Economia Verde

Um tema-chave de caráter prioritário na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2012 (Rio+20) foi a «economia verde no contexto do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza.»<sup>15</sup> A «Economia Verde» é um conceito que emergiu proeminentemente em diversos fóruns intergovernamentais, tais como a Iniciativa Economia Verde do P, a Estratégia de Crescimento Verde da OCDE e debates entre os líderes do G20. A economia verde é descrita como uma economia em que o crescimento económico e a responsabilidade ambiental se conjugam de modo mutuamente reforçante, que apoia o progresso do desenvolvimento social, melhorando em

8 Ardic, O. P., Mylenko, N. and Saltane, V. (2011) Small and Medium Enterprises A Cross-Country Analysis with a New Data Set. The World Bank (January 2011). Policy Research Working Paper No. 5538. Kanits, H. Ishida, M. and Komori, M. (2002) Entrepreneurship in Emerging Economies: The Creation and Development of New Firms in Latin America and East Asia. Inter-American Development Bank (March 2002).

9 Acs, Z. (2006). How is entrepreneurship good for economic growth? *Innovations* 1, 97-107.

10 Chamliou, Nadereh. 2008. *The Environment for Women's Entrepreneurship in the Middle East and North Africa*. Washington, DC: The World Bank.

11 The World Bank. (2003). *World development report 2004: Making services work for poor people*. Washington? Oxford University Press.

12 Seelos, C. and Mair, J. (2005) Social entrepreneurship: Creating new business models to serve the poor. *Business Horizons*. 48: 241-246.

13 Drayton, B. (2002). The citizen sector: Becoming as entrepreneurial and competitive as business. *California Management Review*, 44(3), 120-132.

14 Seelos, C. and Mair, J. (2005) Social entrepreneurship: Creating new business models to serve the poor. *Business Horizons*. 48: 241-246.

15 Ver: <http://www.unctd2012.org/rio20/index.php?menu=62>.

simultâneo o bem-estar humano e a equidade social, e que reduz consideravelmente os riscos ambientais e a escassez ecológica.<sup>16</sup> No âmbito desta estratégia, o PNUMA forneceu argumentos económicos e sociais convincentes para investir dois por cento (2%) do PIB mundial para tornar dez setores centrais da economia mais ecológicos, no sentido de conduzir o desenvolvimento e orientar os fluxos de capitais públicos e privados para um modelo com baixo teor de emissões de carbono e eficiente a nível de recursos.

O objetivo primordial da estratégia para o crescimento verde é o de «catalisar a atividade económica para um tamanho, no mínimo, comparável ao atual, mas com um risco reduzido relativamente às crises e choques cada vez mais inerentes ao modelo [socioeconómico] existente (p. v).»<sup>17</sup> Propõe que a economia verde, a qual proporciona o desenvolvimento económico sem erodir os bens naturais de um país, é particularmente necessária nos países em desenvolvimento onde os bens e serviços ecossistémicos representam um componente significativo na subsistência da população. Por exemplo, tornar a agricultura mais verde nos países em desenvolvimento pode reduzir a pobreza, preservando-se simultaneamente o capital natural de que a população pobre depende. Vários países, como a China e a República da Coreia, que têm planos focalizados no emprego para o estímulo orçamental com componentes «verdes» significativos, já verificam uma criação significativa de emprego.<sup>18</sup> Como as pequenas, micro e médias empresas contribuem para uma elevada percentagem de emprego nos países em desenvolvimento, as políticas com esse objetivo são particularmente promissoras.

Mudar para uma economia verde implica uma mudança no emprego e pensa-se que esta, no mínimo, irá criar tantos postos de trabalho como um cenário de manutenção do status quo, com os setores da agricultura, construção, silvicultura e transportes a terem um aumento de emprego a curto, médio e longo prazo que excederá significativamente a situação atual.<sup>19</sup> A economia verde representa assim uma promessa especial para as empresas sociais e ambientais nos países em desenvolvimento. Contudo, a ILO verificou que existem dimensões sociais importantes que deviam ser consideradas no processo de mudança para uma economia verde.<sup>20</sup> Defende uma análise das oportunidades e dos desafios que o processo de transição coloca ao mercado de trabalho, da identificação das mudanças que as empresas e os trabalhadores terão de enfrentar e das sugestões sobre a linha de ação necessária para proteger os trabalhadores, as suas famílias e as comunidades durante a transição.

## 2.3 O nexó entre empreendedorismo a nível local e a Economia Verde em países em desenvolvimento e de rendimento médio

Dado que as micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) representam a maior percentagem de empresas e de emprego em todo o mundo, é necessário que as estratégias da «Economia Verde» e do «Crescimento Verde» tenham em plena consideração a produção, a tecnologia e as práticas de gestão destas empresas. As MPMEs são responsáveis por uma grande parte da poluição e da utilização de recursos (ascendendo a 60 por cento em muitos países).<sup>21</sup> Portanto, a sua transição para práticas sustentáveis é a chave para a adoção em grande escala do modelo do crescimento verde.

Para além disso, as MPMEs podem ser impulsionadoras-chave daecoinovação e intervenientes-chave nas indústrias verdes emergentes.<sup>22</sup> As MPMEs criativas e inovadoras que pertencem ao setor dos serviços, como o design, a arquitetura e soluções em bioenergia, contribuem cada vez mais para a ecoinovação que pode facilitar a transformação nos mais diversos setores da indústria. As oportunidades existem especialmente nos serviços associados ao fabrico verde e as MPMEs participam ativamente nos setores que são o foco da economia verde, tal como a produção de energia renovável, contadores inteligentes, renovação de edifícios, carros menos poluentes, instalações eólicas e solares e o desenvolvimento de baterias.<sup>23</sup> Estimular o empreendedorismo

16 PNUMA (2010) Driving a Green Economy Through Public Finance and Fiscal Policy Reform. Documento de trabalho v. 1.0, disponível em: [http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER\\_WorKing\\_Paper\\_Public\\_Finance.pdf](http://www.unep.org/greeneconomy/Portals/88/documents/ger/GER_WorKing_Paper_Public_Finance.pdf)

17 PNUMA (2011) Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication - A Synthesis for Policy Makers. Disponível em: [www.unep.org/greeneconomy](http://www.unep.org/greeneconomy).

18 Ibid.

19 Ibid.

20 ILO (2011) Promoting Decent Work in a Green Economy. ILO Background Note to Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. February 2011.

21 The World Bank. (2012) Inclusive Green Growth: The Pathway to Sustainable Development. Disponível em: [http://siteresources.worldbank.org/EXTSDNET/Resources/Inclusive\\_Green\\_Growth\\_May\\_2012.pdf](http://siteresources.worldbank.org/EXTSDNET/Resources/Inclusive_Green_Growth_May_2012.pdf)

22 OECD (2010) SMEs and Green Growth: Promoting sustainable Manufacturing and eco-innovation in small firms. OECD Working Party on SMEs and Entrepreneurship. Bologna+10 High-level Meeting on lessons from the global crisis and the way forward to job creation and growth. November 2010, Paris.

23 IEA (2009), World Energy Outlook, IEA, Paris

«verde» será particularmente importante para as inovações ambientais radicais, porque as novas e jovens empresas geralmente têm a energia e a capacidade para explorar oportunidades tecnológicas e comerciais que são negligenciadas por empresas mais estabelecidas, por vezes desafiando os modelos de negócios das empresas existentes. A Estratégia de Crescimento Verde da OCDE, que foi entregue na reunião do Conselho Ministerial da OCDE em 2011, enfatiza uma combinação de instrumentos políticos, incluindo medidas baseadas no mercado direcionadas para as deficiências do mercado e que procuram internalizar as externalidades (ou seja, licenças negociáveis) e o apoio às tecnologias verdes e à inovação, especialmente onde os custos de entrada são altos.

A ILO afirmou que a transição para uma economia verde deveria resultar num saldo líquido positivo do emprego, uma vez que é expetável a criação de postos de trabalho para compensar a perda de emprego que se verificará durante o processo de substituição dos empregos poluentes e associados a elevadas emissões de carbono. Esperam que este balanço seja significativamente positivo nos países em desenvolvimento, os quais têm níveis baixos de «indústria e infraestruturas legadas» e, por conseguinte, uma «substituição relativamente menor de ‘trabalhos poluentes’ por trabalhos verdes (p. 6).»<sup>24</sup> Um instrumento baseado no mercado, como uma taxa ecológica, que o Relatório sobre Economia Verde do PNUMA destaca para promover atividades ecologicamente sustentáveis através de incentivos económicos (ou seja, atribuindo um preço ao carbono), iria estimular o desenvolvimento de empresas e a criação de emprego se as receitas do imposto fossem usadas para reduzir os custos laborais na forma de impostos e contribuições para a segurança social.<sup>25</sup>

Para prestar apoio às tecnologias verdes e inovações, a Estratégia para o Setor Privado do Banco Africano de Desenvolvimento está a criar o SEFA, Fundo para a Energia Sustentável em África, que irá conceder subvenções e apoio à equidade para pequenas empresas de energia renovável e de eficiência energética. O fundo visa «explorar o potencial do mercado emergente de ‘energia limpa’ em África como fonte de crescimento e inovação para as MPMEs como produtoras, distribuidoras, fornecedoras e consumidoras de energia amiga do clima, como meio de alcançar mais emprego e incentivar a criação competitiva de postos de trabalho em toda a África.»<sup>26</sup> Existe uma crescente vontade política em África para implementar o crescimento verde, quer seja como estratégia nacional (como a Etiópia) ou como componente de projetos de desenvolvimento (como o Ruanda).

Existem desenvolvimentos semelhantes em países da APEC. Num esforço para incentivar a atividade de investigação e desenvolvimento nas start-ups que utilizam tecnologia verde, o governo da Coreia do Sul afirmou que cobrirá até 90 por cento da sua despesa em I&D, de um orçamento para I&D de 3 triliões em 2012.<sup>27</sup> Foi igualmente anunciado que o governo iria formar um Centro de Tecnologia Verde e um Prémio Global para a Tecnologia Verde para ajudar o país a avançar para uma era de crescimento verde. Em 2012, o governo coreano apresentou um pacote de políticas para estimular atividades de lançamento de empresas de jovens, destacando a incubação de 30.000 start-ups de jovens nos setores de indústrias criativas, tecnologia, conhecimento e aplicações de TI.<sup>28</sup> Em 2010, o governo da Malásia introduziu o «Fundo de Lançamento para Negócios Verdes» como um fundo de arranque para promover e apoiar os empresários a iniciar negócios verdes, fomentando mais de mil empreendimentos em 2013.<sup>29</sup> A iniciativa verde da Malásia também aumenta a proporção da dedução fiscal para o investimento I&D em tecnologia verde; dá um tratamento preferencial a empresas baseadas em tecnologia verde que necessitem de apoio financeiro; aumenta os investimentos em capitais de risco para MPMEs novas, verdes e inovadoras e aumenta os programas nacionais para I&D verde para MPMEs. Concentra-se nos setores de energia, construção de edifícios, gestão das águas e de resíduos e transportes. Outro exemplo asiático é o Banco Asiático de Desenvolvimento que tem vindo a promover o empreendedorismo no setor da bioenergia apoiando a instalação de mais de 7500 digestores de biogás em aldeias rurais na China sugerindo potenciais modelos para empreendimentos no setor agrocomercial na sub-região do Grande Mekong.<sup>30</sup>

Apesar das oportunidades para as MPMEs, a ILO afirmou que, comparativamente às grandes empresas, as pequenas empresas têm uma capacidade menor para se ajustarem às políticas ambientais governamentais, regulamentações e incentivos, porque normalmente não possuem informação suficiente sobre o impacto negativo das alterações climáticas e da degradação dos

24 ILO (2011) Promoting Decent Work in a Green Economy. ILO Background Note to Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. February 2011.

25 ILO 2009, World of Work Report 2009: Global Jobs Crisis and Beyond.

26 Ver: <http://www.afdb.org/en/topics-and-sectors/initiatives-partnerships/sustainable-energy-fund-for-africa/>

27 Ver: [http://www.koreatimes.co.kr/www/news/nation/2012/01/116\\_103471.html](http://www.koreatimes.co.kr/www/news/nation/2012/01/116_103471.html)

28 APEC (2010) APEC SME: Innovation Briefing. APEC SME Innovation Centre. December 2010. No. 10.

29 Ibid.

30 Owens, G. M. (2009) Analysing impacts of bioenergy expansion in China: using strategic environmental assessment. *Management of Environmental Quality: An International Journal*, 18(4): 396-412.

recursos nas suas atividades.<sup>31</sup> Estudos sugerem que a maior parte das MPMEs tem pouca consciência do impacto da regulamentação ambiental na sua indústria e nas necessidades futuras de novas aptidões verdes.<sup>32</sup> Mesmo quando estão cientes das mudanças que se avizinham, estão sujeitas a custos mais elevados no que diz respeito aos investimentos para tornar as suas operações mais verdes, em parte devido ao acesso limitado ao financiamento. A um nível global, cerca de 70 por cento de todas as MPMEs tem falta de acesso ao crédito, existindo um quadro particularmente assustador na Ásia e na África.<sup>33</sup> Os governos e as agências de desenvolvimento podem fornecer apoio às MPMEs através de: sensibilização para a escala e implicação da transição para uma economia verde e de baixo carbono; preenchimento das lacunas de conhecimento e de aptidões das MPMEs em relação às tecnologias verdes, práticas e modelos de negócios; intensificação do acesso das MPMEs aos mercados emergentes de bens e serviços ambientais.<sup>34</sup> Por exemplo, as redes de aprendizagem desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento da indústria de painéis solares chinesa<sup>35</sup> e no Programa Mexicano de Cadeias de Abastecimento Verde,<sup>36</sup> que destacam formas de divulgação de técnicas ecoeficientes para as MPMEs.

Contudo, grande parte da investigação económica e orientação política foca-se sobretudo em como as MPMEs dominantes podem avançar para novas oportunidades nas indústrias verdes ou «tornar verdes» as suas próprias operações de forma a tornarem-se mais responsáveis ambiental e socialmente. Existe menos disponibilidade nestas empresas sociais e ambientais já envolvidas a nível local em criar uma mudança social e ambiental e que estão a usar modelos operacionais de negócios e empreendedorismo para o fazerem.

As secções seguintes apresentam a evidência recolhida pela SEED nos últimos três anos, complementada e apoiada pelos pontos de vista dos especialistas e decisores nacionais e internacionais divulgados no Simpósio internacional anual da SEED.

---

31 ILO (2011) Promoting Decent Work in a Green Economy. ILO Background Note to Towards a Green Economy: Pathways to Sustainable Development and Poverty Eradication. February 2011.

32 European Commission 2012 SMEs, Resource Efficiency and Green Markets. Flash Eurobarometer 342 -TNS Political & Social.

33 Global Partnership for Financial Inclusion. 2011. "Report to the Leaders of the G20."G20, Cannes. Disponível em: [http://www.mofa.go.jp/policy/economy/g20\\_summit/2011/pdfs/a\\_nnex06.pdf](http://www.mofa.go.jp/policy/economy/g20_summit/2011/pdfs/a_nnex06.pdf).

34 OECD (2010) SMEs and Green Growth: Promoting sustainable Manufacturing and eco-innovation in small firms. OECD Working Party on SMEs and Entrepreneurship. Bologna+10 High-level Meeting on lessons from the global crisis and the way forward to job creation and growth. November 2010, Paris.

35 Popp,D.2012. "The Role of Technological Change in Green Growth." Documento apresentado na conferência inaugural sobre a Plataforma de Conhecimento para o Crescimento Verde, Cidade do México, janeiro 12-13.

36 Lyon, T. P., and B. van Hoof. 2010. Evaluating Mexico's Green Supply Chains Program. Ann Arbor, MI: University of Michigan, Ross School of Business.

### 3. Investigação e consultas da SEED sobre os contributos sociais, ambientais e económicos das MPMEs

A SEED trabalha desde 2007 em estreita colaboração com o Instituto Internacional para o Desenvolvimento Sustentável (IISD) num programa de investigação para aumentar o conhecimento técnico e entendimento a respeito destas pequenas empresas sociais e ambientais. Desde 2009 até 2012, a SEED e o IISD realizaram um estudo de três anos sobre o desempenho destas pequenas e microempresas, com duas questões em mente:

- É possível determinar se e em que medida é que as empresas sociais e ambientais estão a contribuir para o progresso social, ambiental e económico dentro das suas comunidades; e
- Quais são os fatores dinamizadores e as barreiras para esse contributo?

A investigação do inquérito foi feita com base em 1300 empresas que solicitaram o reconhecimento da Iniciativa SEED e naquelas que receberam um prémio SEED. No terceiro ano, foi realizado um conjunto de estudos de caso aprofundados para testar no terreno as constatações emergentes dos dados do inquérito e para obter uma perspetiva de como este tipo de empresas pode mudar e crescer num curto período de tempo<sup>37</sup>.

A SEED instituiu também um Simpósio internacional anual para explorar o papel das iniciativas empreendedoras locais de pequena escala na modelação da Economia Verde. Estes eventos anuais juntam os próprios empresários e os decisores políticos que podem melhorar as condições para o sucesso empresarial. As questões centrais dos simpósios complementam a investigação: se e em que medida é que estas empresas, frequentemente com apenas um ou dois proprietários ou funcionários, apoiam a Economia Verde, e de que apoio e condições dinamizadoras necessitam da parte dos seus governos.

Com base na investigação e nas consultas efetuadas nos simpósios, a SEED fornece as seguintes observações sobre as micro e pequenas empresas sociais e ambientais e sobre o seu papel no apoio ao desenvolvimento sustentável e ao alívio da pobreza no terreno.

---

<sup>37</sup> Ver Creech et al, A Three Year Investigation into the Triple Bottom Line Performance of Small and Micro Social and Environmental Enterprises in Developing Countries. SEED e IISD (em comunicado).

## 4. Catorze conclusões principais

1. **É necessário interligar macroestratégias com implementação a nível local:** os vários enquadramentos, estratégias, políticas e mecanismos de implementação desenvolvidos para a Economia Verde têm de prever ações ao nível nacional para pôr em prática aquilo que tem sido implementado pelas MPMEs no terreno. Existe uma desconexão entre a abordagem a um nível macro para construir a Economia Verde e as ações a um nível micro das empresas sociais e ambientais.

A economia verde pode e deve ter as suas raízes ao nível local, em pequenas, micro e médias empresas socioambientais. Os governos desempenham um papel importante no estabelecimento de políticas de energia limpa, na criação de programas para o desenvolvimento e formação de competências, no suporte ao setor da investigação, na abordagem da coerência política e na construção de relações institucionais com outros governos e agências internacionais. Mas a isto devem adicionar uma cuidadosa reflexão sobre as políticas, regulamentações e os programas para apoiar o setor das MPMEs, bem como ter em consideração os subsídios e impostos perversos, de forma a dar espaço às empresas sociais e ambientais de crescer e prosperar, construindo a economia verde de raiz.

2. **A Economia Verde deve ser centrada nas pessoas e ter o alívio da pobreza como objetivo principal:** uma Economia Verde deve consistir numa abordagem «a favor dos pobres». Os especialistas internacionais da SEED presentes nos seus simpósios advertiram que, ao desenvolver políticas para a economia verde, os governos necessitam de considerar o impacto que essas políticas terão na população pobre. Os mecanismos financeiros da economia verde devem garantir que os benefícios económicos revertem a favor dos pobres e que os impactos económicos negativos são mitigados. Estas considerações a favor dos pobres devem ser apoiadas com investigação e coordenação da ajuda. É necessário desenvolver esforços adicionais para definir indicadores para a Economia Verde que sejam sensíveis à medição dos resultados a favor dos pobres.

As empresas sociais e ambientais reconhecidas pela SEED estão empenhadas em proporcionar benefícios económicos para os pobres ao nível comunitário, direta ou indiretamente. Os vencedores estão focados em criar empregos dignos em atividades como o ecoturismo, a reciclagem e gestão de resíduos e a agricultura biológica; outros procuram melhorar a produtividade das comunidades de diversos modos, ajudando as mulheres com fogões e ferramentas de lavagem mais eficientes e ecológicas; fornecendo lanternas melhores para a iluminação doméstica, etc.. Contudo, continua a ser um desafio medir o valor destes contributos para o desenvolvimento económico nacional.

3. **Os contributos das empresas sociais e ambientais para o alívio da pobreza e para o desenvolvimento económico podem estar subvalorizados:** mais de metade dos inquiridos ao longo dos últimos dois anos da investigação da SEED indicaram que complementam o rendimento de membros das comunidades em que trabalham. Contudo, é difícil quantificar e validar este contributo para o desenvolvimento económico. A maioria das empresas no grupo do estudo de caso é capaz de estimar o montante de rendimentos que a empresa é capaz de gerar dentro da comunidade. A Blue Ventures em Madagáscar, por exemplo, refere que as suas explorações de aquicultura de pepinos-do-mar e algas estão a fornecer aproximadamente 540 dólares americanos a 23 famílias por cada colheita, perfazendo até à data um registo líquido superior a 3000 dólares para cada agregado familiar participante. A MicroSow em Burkina Faso sugere que as instalações de carregamento de energia solar podem fornecer aos proprietários da franquia rendimentos regulares bastante acima do limiar de pobreza de 2 dólares por dia. Outras empresas apontam benefícios económicos, tais como o aumento do rendimento das colheitas devido a uma melhor gestão das águas e à redução das perdas pós-colheita graças a melhores técnicas de armazenamento. Tendo em conta que muitas destas empresas se consideram a si próprias como entidades sem fins lucrativos, é possível que o seu contributo para a criação de fluxos de rendimento novos ou melhorados dentro das comunidades esteja a ser negligenciado pelos planeadores económicos nacionais. Certamente que isto merece mais atenção, considerando-se as metodologias para recolher estes dados e elaborar relatórios sobre os mesmos nas análises económicas nacionais.
4. **As questões sociais abordadas por estas empresas são abrangentes e complexas:** muitas empresas reconhecem que para se alcançar os objetivos ambientais e económicos, é necessário abordar problemas sistémicos mais profundos, tais como pressões populacionais, analfabetismo, doenças infecciosas e pobreza generalizada, transformando efetivamente os

ambientalistas e empresários em especialistas em gestão das comunidades locais, trabalho em conjunto, formação, criação de instituições e influência política. Consequentemente, os benefícios sociais identificados pelas empresas variam amplamente, desde a melhoria de acesso à saúde e educação, o reforço da segurança alimentar, a criação da coesão comunitária e de instituições através de abordagens participativas, melhorando o estatuto dos grupos marginalizados e desenvolvendo competências técnicas a nível local.

A investigação destaca especialmente o importante papel das empresas sociais e ambientais no reforço da resiliência. Em todos os anos do inquérito, as empresas demonstraram um investimento significativo no reforço das estruturas sociais das suas comunidades. Além de fornecerem fluxos de rendimento alternativos, estas empresas estão a estabelecer grupos comunitários, a criar competências e a contribuir para melhorar o sentimento de autoestima dos membros da comunidade. Em particular, o auxílio prestado às comunidades no sentido de acordarem regras e códigos de boas práticas dentro da comunidade tem recebido uma importância crescente durante os anos em que decorreu o estudo da SEED. Todas estas atividades são importantes para aumentar a resiliência: os recursos e as capacidades de adaptação aos grandes impactos, tais como as alterações climáticas.

- 5. Estas empresas são provedoras do serviço ambiental na linha da frente:** todas as empresas no grupo do estudo de caso têm resultados ambientais claros, embora variem na forma como medem e monitorizam esses resultados ambientais. Algumas são muito específicas no que respeita à restauração da base de recursos, enquanto que outras reconhecem o potencial da redução das emissões de CO<sub>2</sub>. Algumas dedicam especial atenção às questões de saúde ambiental, como a exposição dos trabalhadores aos produtos químicos tóxicos e pesticidas nas respetivas indústrias, apesar de este tipo de resultados ser mais difícil de medir.

O que é interessante no grupo do estudo de caso é o reconhecimento geral de que o papel da empresa não consiste unicamente em trabalhar em prol de melhorias ambientais específicas, mas também em melhorar a política e governação ambiental nacional e local. A Natural Justice na África do Sul, a Oro Verde na Colômbia, a Blue Ventures em Madagáscar, a Village Cereal Aggregation Centres no Quênia, e outras, referem os seus esforços na procura de novos enquadramentos jurídicos e reformas legislativas que são necessários para apoiar o seu trabalho ao nível local.

Na realidade, a existência de legislação e regulamentação ambiental nacional é um dos quatro principais fatores dinamizadores identificados no estudo geral. Enquanto as participações no estudo de caso trabalham para melhorar os enquadramentos legislativos, quase dois terços da totalidade dos inquiridos afirmaram que, pelo menos a nível nacional, estão em vigor leis e regras ambientais. Porém, uma das barreiras mais significativas para estas empresas é a ausência de monitorização e fiscalização ambiental a nível local. Como resultado, a maioria dos inquiridos ao longo dos três anos deram por si a investir fortemente na educação ambiental da comunidade. Posto isto, os decisores políticos têm um claro papel a desempenhar para ajudar estas pequenas e microempresas a aumentar a sensibilização das comunidades, sendo necessário focarem-se na monitorização e fiscalização no sentido de melhorar as condições sob as quais é mais provável que as MPMEs sociais e ambientais atinjam os seus objetivos.

- 6. A educação ambiental pública não se baseia apenas em valores - é uma questão comercial para as MPMEs.** A procura pública pelos bens e serviços das empresas sociais e ambientais deve ser incentivada. Mudar as decisões de compra do consumidor através do aumento da sensibilização do público será uma alavanca necessária para ajudar as empresas sociais e ambientais a expandir os seus negócios. A mentalidade das pessoas tem de mudar para que haja uma maior procura pelos bens e serviços das empresas sociais e ambientais.
- 7. A inovação e o investimento são componentes essenciais para se transitar para a Economia Verde.** A investigação de novos processos, o desenvolvimento da propriedade intelectual (PI) e o uso da PI como ativos para atrair investimento necessitam de ambientes políticos propícios.

A importância da investigação para lançar as empresas sociais e ambientais não deve ser subestimada. Os vencedores SEED destacaram a importância de ter um sólido parceiro de investigação para as suas empresas.

- Os institutos de investigação podem fornecer a base científica para um produto ou serviço, tal como a identificação dos componentes ativos de cicatrização em plantas tradicionais ou a invenção de novos processos para a produção de biocombustível

- Os institutos de investigação podem testar e validar produtos e serviços, fornecendo provas da viabilidade de um produto aos potenciais investidores
- As universidades procuram frequentemente parceiros no terreno para testar novas tecnologias e processos, criando propriedade intelectual que pode ter valor de mercado. Estas podem não ter capacidade para colocar um novo produto no mercado, necessitando de empresários que trabalhem com elas.
- As bases científicas sólidas fornecidas pela investigação e pelos parceiros de suporte técnico ajudam a criar confiança e credibilidade junto das partes interessadas da comunidade.

Alguns vencedores SEED asseguraram patentes para os seus produtos; estas patentes são ativos que aumentam o valor da empresa. Esta cadeia de valor de investigação, desenvolvimento da propriedade intelectual, empreendedorismo e investimento faz parte do ADN da economia verde. Deve salientar-se, no entanto, que as MPMEs estão preocupadas em proteger as suas inovações: os empresários sociais e ambientais valorizam as abordagens de fonte aberta e as redes de inovação, nas quais as ideias e soluções novas podem ser reconhecidas e protegidas por regras e normas de grupo. Mas, no fim de contas, poderá ser igualmente necessário o acesso a aconselhamento sobre o registo de patentes.

Quase metade dos inquiridos no estudo geral aposta em relações com parceiros técnicos e de investigação como meio para monitorizar e gerir os seus impactos ambientais; alguns também desenvolvem os seus produtos ou serviços em estreita colaboração com um parceiro de investigação. O que é particularmente notório é a emergência da falta de acesso a esses especialistas como uma das barreiras mais significativas para o sucesso: A gravidade desta lacuna é equivalente à ausência de financiamento.

A introdução de tecnologias para a energia renovável, gestão das águas e de resíduos, bem como os novos processos de produção para a agricultura, silvicultura e fabrico, são uma característica central destas empresas. Oitenta por cento dos inquiridos no estudo introduziram uma tecnologia ou um processo de produção que é novo para a comunidade. Para além do mais, de todas as competências que foram desenvolvidas na comunidade, os inquiridos referiram que, a seguir às competências empresariais, as competências tecnológicas estavam a ser mais desenvolvidas do que qualquer outra.

- 8. A economia verde requer uma grande variedade de competências** - competências para a gestão do setor público, competências empresariais, competências tecnológicas. Os elementos do governo que participaram nos Simpósios SEED assinalaram que, embora os países possam ter taxas de desemprego de 25%, as taxas de oferta de emprego no setor público são ainda mais elevadas, ascendendo aos 40%. Os “empregos verdes” deviam ser “bons empregos”, mas a base de competências para a economia verde pode não existir.

A necessidade de existir acesso a pessoas qualificadas ao nível local não pode ser subestimada. A falta de conhecimento técnico, em particular, é uma barreira significativa para a obtenção de produtos de uma certa qualidade de forma a serem competitivos no mercado. O investimento que as MPMEs fazem no desenvolvimento de competências e formação ao nível local é significativo. A investigação da SEED salienta que a principal barreira para o sucesso das MPMEs é a falta de pessoas qualificadas ao nível local. Quase todos os inquiridos ao longo dos três anos disponibilizam algum tipo de apoio à formação de pessoas dentro das suas comunidades e pelo menos um terço está a dar formação a 50 ou mais pessoas. Está a ser ministrada formação em quase todos os setores e para todas as competências necessárias, incluindo a gestão de pequenos negócios, competências técnicas necessárias para a empresa (energia solar, irrigação, biogás, armazenamento das colheitas, etc.), gestão das terras e dos recursos, serviços de hospitalidade (ecoturismo), etc. Contudo, metade dos inquiridos no terceiro ano indicou que as pessoas qualificadas dentro da comunidade ou estavam ausentes ou só estavam disponíveis parcialmente, e que a maior barreira para o sucesso era a falta de acesso aos fundos destinados à formação.

- 9. Estão a emergir novas entidades híbridas e novos modelos de negócio e a dependência na tradicional assistência ao desenvolvimento está a mudar para uma mistura de fluxos de receitas:** Ao longo dos três anos do estudo, tem-se verificado uma mudança evidente na forma como estas MPMEs se encaram a si próprias, como entidades “com fins lucrativos” ou “sem fins lucrativos”. No primeiro ano do estudo, muitos dos inquiridos tinham problemas até mesmo com

o simples uso do termo “empresa”. A única e mais importante fonte de receitas eram subsídios provenientes de fundações e outros doadores. No segundo ano, praticamente três quartos do grupo reconheceram explicitamente que se consideravam a si próprios como entidades “sem fins lucrativos”, mas a dependência em relação a subsídios caiu para 20%. Dos inquiridos no terceiro ano, apenas metade estipulou que não tinha fins lucrativos. Além disso, uma percentagem superior deste grupo final considerou que não era nem uma entidade com fins lucrativos nem sem fins lucrativos no seu sentido tradicional. Muitos deles esforçaram-se por se descrever a si próprios como “híbridos”, empresas sociais e negócios de conservação, e a sua dependência em relação a subsídios caiu para o seu valor mínimo no estudo, apenas 10% dos inquiridos.

Estes dados são reforçados pelos estudos de caso aprofundados realizados a nove empresas. Este grupo demonstra flexibilidade em termos de modelos operacionais, que vai desde aqueles que estão registados como entidades sem fins lucrativos até aqueles que se estabeleceram claramente como negócios com fins lucrativos, passando ainda pelos híbridos, com estatuto de entidade sem fins lucrativos em alguns ordenamentos jurídicos, mas com empreendimentos comerciais específicos cujo sucesso implicará investimento, planeamento comercial e competências de marketing típicas das correntes dominantes. Dentro do grupo do estudo de caso, nenhuma empresa depende exclusivamente de subsídios de assistência ao desenvolvimento provenientes do governo, de agências internacionais ou de fundações. Todas elas têm, pelo menos, uma mistura de fontes de receita (normalmente resultantes da venda de produtos e serviços ou equipamento e metodologias de licenciamento) e estão à procura de novas formas de assegurar empréstimos, linhas de crédito e investidores para expandir as suas operações.

Ao longo de todos os anos do estudo, os inquiridos continuam a identificar a falta de acesso a ajuda internacional ou de financiamento para os projetos como uma barreira para o sucesso. No entanto, é óbvia a crescente tendência para a adoção de novos modelos operacionais. Ano após ano, percentagens crescentes de inquiridos parecem estar a recorrer a abordagens comerciais (vendas de novos produtos e serviços e outros mecanismos de geração de receitas) com vista a sustentar a disponibilização de benefícios sociais e ambientais para as suas comunidades e, obviamente, para sustentar as suas empresas.

#### **10. Contudo, a viabilidade e sustentabilidade financeiras dessas empresas é incerta.**

Continua a existir uma lacuna na capacidade dessas pequenas e microempresas para adotar abordagens mais orientadas para a vertente comercial para gerir e financiar o seu trabalho. Os inquiridos no estudo são menos capazes de exprimir objetivos comerciais claros e mensuráveis, pondo em causa limitações à sua capacidade de sustentar as suas empresas apesar dos benefícios sociais e ambientais que estão a ser disponibilizados. Apenas 5% dos inquiridos refere que tem meios de financiamento; para praticamente todos os inquiridos, os maiores desafios incluem a falta de investidores ou o acesso apenas parcial aos mesmos, assim como a falta de acesso a fundos para a formação em gestão empresarial.

O elemento promissor identificado no terceiro ano é que 50% dos inquiridos acredita que será capaz de subsistir a partir da sua empresa dentro de três anos. Estas empresas também estão à procura de formas de assegurar empréstimos e linhas de crédito, mas reiteram que a falta de acesso a esses serviços financeiros é uma das barreiras mais significativas para o sucesso. Os vencedores SEED partilham estas preocupações, salientando-se ainda mais evidentemente pelos estudos de caso a importância do acesso a investidores, empréstimos e linhas de crédito de instituições financeiras. Enquanto que todas as empresas do grupo do estudo de caso continuam a operar, apenas algumas referem um crescimento significativo em termos de empregos dentro da própria empresa devido a essas barreiras. As entidades sem fins lucrativos em particular enfrentam verdadeiras barreiras em termos de falta de enquadramentos jurídicos que definam o empreendedorismo social e permitam que estas acedam não só aos subsídios tradicionais, mas também a empréstimos e investimentos para iniciativas com fins lucrativos.

Os estudos de caso fornecem uma perspetiva mais clara em relação a este desafio, salientando que as empresas sociais em início de atividade não cumprem os requisitos típicos para a concessão de empréstimos (deter ativos ou demonstrar outros fluxos de rendimento que possam servir de garantias para empréstimos e linhas de crédito). Muitas vezes é exigido um historial operacional de quatro a cinco anos. O desafio pode estender-se às partes interessadas da comunidade: até mesmo as MPMEs que alcançaram a sustentabilidade no contexto das suas próprias operações continuam a mencionar que ajudar os seus beneficiários a obter crédito constitui um desafio constante. É importante salientar que todas as nove MPMEs no grupo do estudo de caso referem que vencer um prémio tem ajudado a empresa a ganhar credibilidade junto daqueles que se encontram em posição de disponibilizar recursos financeiros. Contudo,

mesmo com um reconhecimento significativo e um conceito com provas dadas, estas empresas continuam a dedicar grandes esforços para obter receitas para manter e expandir as suas operações.

**11. A monitorização, elaboração de relatórios e aprendizagem adaptativa são mecanismos essenciais para a construção da Economia Verde:** os especialistas do Simpósio SEED reconhecem a importância da aprendizagem contínua e do progresso para todos os que trabalham na Economia Verde e, particularmente, para as empresas sociais e ambientais. Todos aqueles que contribuem para a Economia Verde não devem trabalhar de modo isolado, independentemente da dimensão da empresa. No entanto, muitas vezes as MPMEs já têm dificuldades em perceber se e em que medida é que estão a fazer a diferença, quanto mais partilhar essas perspetivas com outros. As empresas sociais e ambientais precisam de aprender como definir objetivos claros para as dimensões social, ambiental e empresarial do seu trabalho, assim como monitorizar e apresentar publicamente a sua progressão. Tal como acontece com as empresas de maior dimensão, as MPMEs precisam de assumir uma abordagem aberta e transparente em relação ao seu trabalho, tanto no que se refere aos impactos positivos como à atenuação de potenciais impactos negativos. Os investidores precisam de saber qual será a pegada social e ambiental de uma empresa antes de avançar com o investimento. O planeamento e a elaboração de relatórios à luz do tripé da sustentabilidade (TBL) será uma ferramenta importante para essas empresas.

Em linhas simples, o planeamento à luz do tripé da sustentabilidade é a capacidade de uma empresa para definir metas e monitorizar o progresso transversalmente às três dimensões: social, ambiental e empresarial. Às pequenas e microempresas neste estudo, tendo todas elas aspirações apaixonadas de fazer a diferença no mundo, pode lançar-se o desafio relativo à questão da definição de objetivos claros e mensuráveis transversais a todas as dimensões do seu trabalho. Sem clareza nem formas realistas e mensuráveis para avaliar se estão realmente a fazer a diferença, muitas dessas empresas não serão capazes de envolver as suas comunidades nem os seus investidores, mercados ou decisores.

Contudo, os estudos de caso revelam que os gestores empresariais de sucesso vão trabalhar no sentido de aprimorar esses objetivos ao longo do tempo, quando for disponibilizado o apoio adequado ao desenvolvimento de competências para os ajudar no planeamento à luz do tripé da sustentabilidade. Em todos os casos, os objetivos tornaram-se muito mais claros e mensuráveis desde o arranque do empreendimento até ao presente; além disso, em muitos dos casos, os objetivos foram expandidos (de modo a alcançar um maior número de pessoas e afetar uma extensão mais ampla do ecossistema circundante) ou diversificados, com vista a abordar preocupações sociais ou ambientais adicionais. Todas as empresas se mantêm focadas em proporcionar um leque de benefícios do tripé da sustentabilidade: definir objetivos e resultados sociais e ambientais e, ao mesmo tempo, criar meios de subsistência e diversificação de rendimentos para os gestores e funcionários das empresas e/ou para as pessoas nas suas comunidades circundantes.

**12. As organizações que procuram promover o aumento e a replicação do sucesso têm de compreender as condições prévias necessárias e os fatores críticos para o sucesso:** dois elementos centrais para o sucesso de qualquer empresa são a sua liderança e a sua capacidade de focalização. A maioria dos inquiridos ao longo dos três anos do estudo indicou que a sua liderança é segura e que sabe o que quer fazer pela sua comunidade. Os inquiridos também indicaram que as suas parcerias e redes estão em desenvolvimento. Para as empresas no estudo SEED, o mais forte fator dinamizador tem sido a colaboração com organizações que gozam de boa reputação na comunidade, seguido de perto pela aprovação dos governos locais. Isto chama a atenção para a importância para as MPMEs de trabalhar em comunidades em que existem outras organizações com as quais podem colaborar, assim como de criar relações com essas organizações e com as autoridades locais.

Os estudos de caso evidenciam com maior clareza os fatores críticos de sucesso específicos. Independentemente do foco da empresa ou do modelo operacional, as empresas no grupo dos estudos de caso partilham fatores de sucesso comuns no seu crescimento. No contexto dos esforços para implementar enquadramentos mais dinamizadores para os empresários sociais e ambientais e criar as condições necessárias para replicar empreendimentos sociais e ambientais de sucesso noutras partes do mundo em desenvolvimento, devem ser considerados os seguintes fatores:

- **O produto ou a abordagem inovadores devem ser adequados às necessidades e capacidades das comunidades locais:** todos os vencedores no grupo do estudo de

caso construíram o seu sucesso com base em inovações relevantes para a comunidade - um novo produto, uma nova abordagem ou uma nova aplicação ou adaptação de uma tecnologia ou um serviço existente, como o fornecimento de energia renovável em áreas que não estão ligadas à rede, a melhoria das ligações comerciais agrícolas através da criação de centros tecnológicos ou de uma marca de marketing; a criação de produtos ecológicos e a capacitação das mulheres através de reciclagem de resíduos; o desenvolvimento da conservação comunitária e de atividades de extração de recursos e/ou de enquadramentos sustentáveis. É importante salientar que o produto ou a abordagem inovadores, por si só, normalmente não são suficientes para assegurar o sucesso: exemplos de diversos vencedores indicam que o produto ou a abordagem originais precisam frequentemente de ser modificados para se adequarem melhor às necessidades e capacidades das comunidades circundantes.

- **A investigação e o desenvolvimento devem basear-se diretamente na comunidade:** a investigação e o desenvolvimento são elementos críticos para o sucesso de todas as empresas e são muitas vezes levados a cabo juntamente com um instituto de investigação ou parceiro técnico independente; no entanto, também se efetuam testes e aperfeiçoamentos de modo consistente dentro das comunidades, com membros destas plenamente envolvidos..
- **A empresa tem de demonstrar uma liderança forte e com um estilo inovador:** as qualidades de liderança que contribuem para o sucesso incluem: ser-se visionário; adesão a estilos de gestão participativa e capacidade de construir uma equipa coesa e envolver parceiros.
- **A empresa tem de ter a capacidade de trabalhar em rede:** a capacidade de se envolver e tirar partido de uma rede de interessados e outros é um claro fator de sucesso. Estas redes podem ajudar a conseguir financiamento e contributos importantes para o projeto, tais como investigação e apoio técnico. A criação de redes e parcerias sólidas é importante para conseguir financiamento e alcançar uma série de resultados sociais, ambientais e económicos. As empresas sociais nos países em desenvolvimento enfrentam frequentemente desafios sistémicos mais profundos (tais como a falta de mão-de-obra saudável e alfabetizada). As redes são extremamente importantes neste contexto, de modo a ajudar a micro/pequena empresa nos aspetos em que esta não tem competências.
- **Deve ser evidente um compromisso a longo prazo:** os vencedores alertaram para o facto de que ganhar confiança e credibilidade implica tempo e perseverança, assim como um óbvio compromisso perante a comunidade de que “estarão por perto por muito tempo”.
- **A empresa tem de ter a capacidade de aproveitar ou fomentar uma forte governação comunitária e conseguir a aceitação da parte da comunidade:** compreender como mobilizar e trabalhar com o apoio ou a aceitação das comunidades é uma competência-chave para dinamizar o crescimento. Uma estratégia-chave para alcançar este fim é começar a implementação do projeto com comunidades ou líderes que têm uma influência significativa ou estruturas de governação estabelecidas e autoridades locais. As principais técnicas para assegurar a aceitação da parte da comunidade são eventos de desenvolvimento de competências e atividades de sensibilização.

**13. As parcerias entre instituições, setores e estados são essenciais para alcançar a coerência política necessária para apoiar as MPMEs e as parcerias a nível local são essenciais para a implementação no terreno.** A ordem pública é uma alavanca essencial para a economia verde e existem atualmente exemplos de países que estão a começar a implementar políticas para apoiar a emergência de uma economia verde. No entanto, na maioria dos países verifica-se uma necessidade de reforçar a capacidade de desenvolvimento de políticas ao nível da relação entre ambiente e economia: isto pode conseguir-se por intermédio da coordenação interdepartamental, das relações institucionais e das parcerias entre estados.

Os participantes do Simpósio SEEDs salientaram a necessidade de coerência política a nível nacional como um fator dinamizador importante para o sucesso dos seus empreendimentos a nível local. Por um lado, um departamento governamental poderá apoiar uma pequena empresa; mas se essa pequena empresa crescer e criar um maior mercado, um outro departamento governamental poderá intervir e afetar a empresa no processo de aprovação de regulamentos ou outros controlos.

As parcerias são igualmente essenciais a nível local, mas muito mais para a implementação do que para a influência política. Os vencedores SEED, em particular, descrevem frequentemente uma ampla gama de relações necessárias para as suas empresas, desde parceiros de marketing internacionais, passando por ONGs internacionais com competências e tecnologia, parceiros locais que poderão ajudar nos componentes sociais de uma empresa (formação para jovens, etc.) até parcerias ao nível da comunidade para a gestão de empresas corporativas.

- 14. É necessário reconhecer potenciais barreiras de género na Economia Verde:** os decisores políticos terão necessidade de encontrar formas de eliminar barreiras de género na Economia Verde. Se forem criados novos empregos, particularmente aqueles que envolvem novas tecnologias energéticas e agrícolas, estes não devem ser distribuídos somente a homens e os empregos antigos não devem ser eliminados de formas que afetem as mulheres de modo adverso e desproporcional.

A investigação SEED identificou três diferenças notáveis entre as MPMEs dirigidas por mulheres e aquelas que são dirigidas por homens.

- a. **No trabalho com novas tecnologias e práticas de produção:** uma percentagem ligeiramente superior de empresas dirigidas por mulheres, comparativamente às dirigidas por homens, não está de todo envolvida na introdução de tecnologias e processos novos. O que é ainda mais significativo é que, apesar de cerca de metade de ambos os grupos apresentarem competências tecnológicas, a percentagem de empresas dirigidas por mulheres que o faz é inferior à das empresas dirigidas por homens. Se a introdução de tecnologias e processos novos é considerada um fator dinamizador para que as pequenas e microempresas com um desenvolvimento sustentável atinjam os seus objetivos, então as potenciais desigualdades de género relativamente ao acesso e à distribuição de tecnologia merecem uma investigação mais aprofundada.
- b. **No acesso a especialistas externos:** a mesma percentagem de empresas dirigidas por homens e mulheres recorre a especialistas externos - parceiros de investigação e tecnologia - para os ajudar a desenvolver o seu produto ou serviço e para assegurar que não há impactos negativos vindos da sua empresa. Metade das mulheres indicou que apenas tinha um acesso limitado a essas competências. Como proporcionar o acesso a essas competências a empresas dirigidas por mulheres é um assunto que merece mais atenção.
- c. **No reforço das competências empresariais:** as empresas dirigidas por mulheres parecem demonstrar uma maior preocupação do que aquelas dirigidas por homens por não possuírem todos os fatores dinamizadores para um pequeno negócio de sucesso: a consciência em relação à regulamentação aplicável às empresas e aos programas governamentais para MPMEs parece ser menor entre as empresas dirigidas por mulheres e muitos sugerem que estas ainda não têm implementados muitos dos componentes essenciais necessários, como competências de gestão empresarial, planos de negócios, estratégias de marketing e acesso aos mercados.

## 5. Relevância das conclusões para os decisores políticos

Com base nestas 14 conclusões principais resultantes de três anos de investigação e consultas, a Iniciativa SEED gostaria de apresentar as seguintes questões.

### 5.1 Decisores políticos a nível nacional

#### 1. A economia “verde” é também uma economia baseada no conhecimento: as pequenas e microempresas sociais e ambientais precisam de ter acesso à tecnologia, às competências e aos parceiros de investigação e tecnologia de que necessitam, assim como de apoio para os seus esforços para trazer inovação para o mercado.

- Proceder a uma revisão mais aprofundada dos tipos de tecnologias e processos procurados pelas pequenas e microempresas com vista a determinar:
  - a. se existem canais de informação e comunicações acerca de tecnologia e processos para o setor das pequenas e microempresas a nível nacional.
  - b. se existem barreiras à importação ou transmissão de tecnologias para pequenas e microempresas para utilização a nível local e como é que se poderá ultrapassar essas barreiras.
- Apoiar as pequenas e microempresas no desenvolvimento de competências dentro das suas comunidades:
  - explorando mais profundamente as lacunas em termos de competências a nível local e revendo os atuais programas de desenvolvimento para reforçar a base de competências a nível local, em particular no que diz respeito a tecnologias novas e mais ecológicas e a processos de produção.
  - fornecendo programas às pequenas e microempresas para melhorar a sua própria capacidade de providenciar uma variedade de atividades de formação e desenvolvimento de competências no terreno.

#### 2. As políticas de apoio à investigação, ao desenvolvimento (I&D) e à inovação tendem a ser direcionadas para as indústrias de grande escala. Considerar formas de ajudar as pequenas e microempresas a responder às necessidades em termos de investigação e desenvolvimento.

- Rever as estratégias de inovação nacionais e os incentivos e o apoio à I&D para assegurar que as pequenas e microempresas beneficiam dos programas nacionais.
- Considerar de que forma é que esses intervenientes a nível local podem estar ligados às entidades de inovação, investigação e desenvolvimento nos seus países é um assunto que merece mais atenção.

#### 3. No processo de construção da economia verde, fornecer às ONGs e OBCs formação e outros serviços como forma de apoio ao desenvolvimento de mais abordagens comerciais para o seu trabalho, incluindo apoio à monitorização e elaboração de relatórios a respeito do progresso e do sucesso da comunicação. Considerar legislação e regulamentação apropriadas que permitirão às organizações sem fins lucrativos adotar empreendimentos com fins lucrativos como forma de apoio à sua missão.

- O crescente interesse em abordagens comerciais por parte de organizações sem fins lucrativos sugere novas janelas de oportunidade para que os decisores políticos desenvolvam capacidades comerciais e empresariais no setores das ONGs e OBCs. Os gabinetes nacionais de desenvolvimento de pequenas empresas poderiam considerar direcionar-se para as ONGs e OBCs para que estas recorram aos seus serviços, paralelamente à abordagem do setor mais tradicional das pequenas empresas. Isto serviria não só para fortalecer a sustentabilidade financeira dessas entidades que estão a lançar pequenas empresas, como também para aumentar o seu contributo para o desenvolvimento económico nas comunidades em que trabalham.

**4. Verifica-se uma necessidade de políticas e incentivos para estimular e apoiar a economia verde, incluindo um acesso mais flexível a empréstimos, linhas de crédito e investidores para as pequenas e microempresas, particularmente investidores de impacto.**

- Convidar bancos e outras instituições financeiras para trabalhar em novas abordagens para disponibilizar recursos financeiros de apoio ao arranque e crescimento de empresas sociais e ambientais que poderão não ter ativos e garantias tradicionais que lhes garantam empréstimos e linhas de crédito. O “missing middle” no financiamento de MPMEs encontra-se bem documentado e é, no mínimo, uma carga tão grande para as empresas sociais e ambientais como o é para as empresas dominantes. É necessário desenvolver novas abordagens e modelos para lidar com a compreensível prudência dos investidores no que toca às empresas que não têm um historial longo. No entanto, os investidores de impacto estão a começar a ver oportunidades nesta área e deveriam ser encorajados a fazer mais.

**5. Reconhecer e lidar com possíveis barreiras de género para o sucesso das pequenas e microempresas sociais e ambientais.**

- Os programas nacionais para o desenvolvimento de pequenas empresas têm de assegurar que chegam às empresas dirigidas por mulheres e, em particular, àquelas ONGs e OBCs que estão a começar a adotar práticas comerciais. Importa explorar também se existem barreiras ao acesso e uso de tecnologias por parte das empresas dirigidas por mulheres. Finalmente, deverá dedicar-se particular atenção à ligação entre as empresas dirigidas por mulheres e os especialistas em investigação e tecnologia.

**6. Intensificar os esforços em torno da comunicação ambiental a nível local, da monitorização das condições ambientais locais e do controlo e aplicação da legislação e regulamentação ambiental no sentido de criar um ambiente propício a que os intervenientes locais atinjam os seus objetivos.**

- Considerar formas de:
  - ajudar essas pequenas e microempresas a sensibilizar as comunidades para o valor dos bens e serviços sociais e ambientais;
  - trabalhar com essas empresas com vista a identificar e monitorizar indicadores-chave ambientais relevantes a nível local;
  - se focar no controlo e aplicação da legislação, de modo a melhorar as condições em que as MPMEs sociais e ambientais possam atingir os seus objetivos e agarrar potenciais vantagens competitivas mediante o cumprimento das normas em vigor.

**7. Considerar a constituição de conselhos nacionais, “conselhos setoriais” ou associações de empresas sociais e ambientais líderes com vista a proporcionar mais oportunidades de diálogo e orientação relativamente a mudanças e melhorias das políticas e dos programas nacionais que serão sensíveis aos interesses locais.** Estas poderiam promover e assim ajudar a estimular e angariar apoio ao empreendedorismo social e ambiental e proporcionar um fórum de intercâmbio entre associações de empresas nacionais “convencionais”. Poderiam também criar elos úteis com conselhos de outros setores e regiões.

- Estas empresas dispõem de conhecimento em primeira mão sobre as questões fundamentais, podendo prestar aconselhamento relativamente a formas de cumprir os objetivos nacionais de um modo mais efetivo ao nível da comunidade.

- Tais mecanismos podem igualmente proporcionar as bases para que as MPMEs sociais e ambientais construam os seus próprios canais para comunicar os seus sucessos e desafios entre si, às suas comunidades, a investidores e a decisores políticos.

## 5.2 Agências internacionais, incluindo instituições financeiras e de desenvolvimento

### 1. Incorporar o planeamento à luz do tripé da sustentabilidade nos programas de desenvolvimento de competências para pequenas e microempresas sociais e ambientais.

- Para as pequenas e microempresas, definir objetivos claros e mensuráveis continua a ser um verdadeiro desafio, até mesmo para as mais ambiciosas e inovadoras start-ups. Ferramentas simples para o planeamento à luz do tripé da sustentabilidade poderiam ser incorporadas nos programas de desenvolvimento de competências desenvolvidos e disponibilizados por instituições financeiras multilaterais (como o Banco Mundial e a Sociedade Financeira Internacional), agências de desenvolvimento (como o PNUD) e ONGs internacionais que trabalham com pequenas e microempresas no terreno (como a UICN e o World Wildlife Fund).

### 2. Em conjunto com instituições nacionais, intensificar os esforços para promover a sensibilização ambiental pública a nível local no sentido de criar um ambiente propício a que os intervenientes locais atinjam os seus objetivos. Em particular, trabalhar com as autoridades nacionais para enfatizar a necessidade de cumprimento dos requisitos regulamentares.

- As agências internacionais também têm um papel a desempenhar na sensibilização do público e na disponibilização de ferramentas para a monitorização dos desafios ambientais a nível local, de modo a criar condições mais recetivas e propícias para as pequenas e microempresas. Em particular, agências como o PNUMA podem trabalhar com as autoridades nacionais e os secretariados dos acordos multilaterais no domínio do ambiente para enfatizar a necessidade de cumprimento dos requisitos regulamentares.

### 3. Explorar formas de ligar as instituições de investigação e tecnologia internacionais às empresas sociais e ambientais a nível local e de reforçar a eficácia dessas parcerias.

- As pequenas e microempresas consideram as parcerias com especialistas em investigação e tecnologia como um dos fatores mais significativos para o seu sucesso. O modo como as agências internacionais podem ligar esses intervenientes locais às entidades de inovação, investigação e desenvolvimento a uma escala internacional é um assunto que merece mais atenção.

### 4. Em conjunto com instituições nacionais, explorar formas de reconhecer o contributo do setor sem fins lucrativos para o aumento dos rendimentos e o desenvolvimento económico local em análises económicas nacionais e internacionais; desenvolver e expandir programas que servirão de apoio à sustentabilidade financeira das empresas sociais e ambientais, incluindo ajudar as organizações sem fins lucrativos a adotar abordagens comerciais em contextos em que estas possam ser efetivamente benéficas.

- Mais de metade dos inquiridos indicou que foi capaz de complementar os rendimentos dos membros das comunidades em que trabalham. Contudo, é difícil quantificar e validar este contributo para o desenvolvimento económico. Tendo em conta que a maioria dessas empresas ainda se consideram a si próprias como entidades sem fins lucrativos, é possível que o seu contributo para a criação de novos fluxos de rendimento dentro das comunidades esteja a ser negligenciado pelos planeadores económicos nacionais. Certamente que isto merece mais atenção, considerando-se as metodologias para recolher estes dados e elaborar relatórios sobre os mesmos nas análises económicas nacionais.
- Com estes dados e análises em mãos, será ainda mais óbvia a importância do investimento para o reforço da viabilidade financeira do setor sem fins lucrativos. Uma abordagem da Economia Verde a favor dos mais pobres pode basear-se no apoio e na documentação do valor económico real do contributo dos empresários locais para o alívio da pobreza nas suas comunidades.

**5. Estabelecer mecanismos para que as instituições e os empresários nacionais e partilhem as suas experiências e proporcionem um melhor acesso à informação que pode apoiar o crescimento do empreendedorismo social e ambiental.**

- Tais esforços poderão ajudar a interligar macroestratégias aos níveis nacional e internacional com implementação a nível local. A criação de canais para aprendizagem mútua servirá para reforçar o contributo para as necessidades das MPMEs, assim como a resposta mais eficaz às mesmas por parte dos decisores políticos. O bom uso dos mecanismos e plataformas de comunicação pode apoiar a transmissão desse conhecimento e experiência para outros países e regiões.



## 6. Observações finais

A Economia Verde não é uma economia alternativa mas sim uma nova abordagem global à diversificação das oportunidades de desenvolvimento económico e alívio da pobreza e, ao mesmo tempo, protegendo e restaurando o capital natural da Terra. O pensamento e planeamento à luz da Economia Verde têm de ser totalmente integrados na forma como o mundo aborda todo o desenvolvimento económico. É necessário trabalhar no sentido de reforçar as perceções do público a respeito da economia verde: não se trata de uma abordagem do tipo ou/ou (“os empregos verdes são bons; todos os outros empregos são maus”) e esta não deve ser encarada como uma mercantilização da natureza. É antes uma estratégia para facilitar a entrada na economia dos bens, serviços e tecnologias inovadores e ecológicos.

De acordo com a investigação da SEED, restam poucas dúvidas de que a maioria das empresas dentro desta comunidade de empresários sociais e ambientais está a mudar o modelo de como providenciar um desenvolvimento sustentável no terreno, planeando e trabalhando no sentido de uma combinação de objetivos sociais, ambientais e empresariais e identificando uma gama diversificada de benefícios que estão a proporcionar às suas comunidades. Estes empresários enfatizaram a necessidade de ter acesso não só a peessoas qualificadas a nível local, mas também a instituições de investigação para os ajudar a desenvolver e testar produtos e tecnologias; acesso a informação; acesso a consultores e mentores que possam acrescentar valor à empresa; acesso a investidores de impacto; acesso a canais de comunicação para promover o seu sucesso. Os governos e as instituições nacionais e internacionais precisam de abrir muitas e diversas portas para apoiar a emergência de empresas sociais e ambientais como a fundação da Economia Verde.e